1

Introdução

A Lingüística Aplicada, desde há algum tempo, tem demonstrado interesse pelo discurso fabricado em ambientes institucionais e burocráticos. O grande número de publicações investigando o discurso pedagógico, o discurso médico, o discurso legal, o discurso político e o discurso corporativo, dentre outros, sinaliza, para leigos e acadêmicos, a necessidade e a relevância prementes de um melhor entendimento dos diversos discursos institucionais (Chimombo, 1997). A maior parte desses estudos focaliza relações assimétricas de poder entre participantes em uma interação ou coloca em evidência os mecanismos pelos quais as ideologias se impõem a ouvintes e leitores.

No entanto, há uma outra vertente dos estudos de discurso institucional que se debruça sobre a relação entre discurso e a instituição propriamente dita, que busca destrinchar como o discurso de uma instituição revela ou reflete sua cultura e seus valores. Gunnarsson (2000), por exemplo, analisa três grandes bancos europeus a partir de seus discursos escritos e falados e conclui que o discurso de cada organização reflete, a um só tempo, tanto os valores cultivados por essas organizações internamente, quanto os valores culturais da nação em que estão sediados. Swales e Rogers (1995), por sua vez, examinam como as empresas projetam sua cultura corporativa por intermédio do gênero *declaração de missão* (mission statement).

Um outro foco da pesquisa aplicada que recentemente tem ganhado espaço é o estudo dos chamados gêneros digitais ou cibergêneros, ou seja, os gêneros textuais utilizados na comunicação mediada pela internet. Marcuschi (2004) analisa a transição dos gêneros tradicionais para os gêneros digitais tais como correspondência eletrônica (e-mail), chats, blogs, entre outros. Um aspecto a ressaltar acerca do trabalho de Marcuschi é o seu entendimento de que a home page (página inicial/página principal) não pode ser considerada um gênero digital, pois, em seu entendimento, a home page seria, meramente, “um ambiente específico para localizar uma série de informações, operando como um suporte e caracterizando-se cada vez

mais como um serviço eletrônico” (Marcuschi, 2004, pp. 25-26). Essa posição é contestada por autores como Shepherd e Watters (1999), para os quais a home page é um exemplo de cibergênero. Em seu artigo, os pesquisadores, inicialmente, defendem a idéia de que os cibergêneros, frutos da união entre computador e internet, podem ser definidos em termos de *conteúdo, forma e funcionalidade* (possibilidades interativas como *browsing*, por exemplo). Em seguida, definem, dentre tantos outros, a home page segundo esse tripé, caracterizando-a, portanto, como um gênero. Araújo (2003), baseando-se em Shepherd e Watters, parte desse pressuposto de que a home page é um cibergênero e faz um estudo descritivo dos elementos que caracterizam home pages corporativas e institucionais. Neste trabalho, nos alinhamos com os últimos autores, entendendo que a home page é um gênero digital, muito embora o cerne da análise das home pages não seja a questão do gênero textual.

Há também trabalhos que conjugam as duas tendências descritas acima e investigam o discurso que organizações e instituições têm veiculado na internet. A título de ilustração, menciona-se o trabalho de Lopes (2000) que realiza um estudo léxico-discursivo das versões em português e inglês de home pages de empresas multinacionais. Uma outra pesquisa nesta linha é apresentada no artigo de Coupland (2003) que discute a identidade e a moralidade de empresas petrolíferas a partir de seus sítios (web sites) na internet.

Este trabalho vem nesta esteira, escolhendo como seu objeto de pesquisa um corpus que combina discurso institucional e gênero digital. Ele examina as páginas iniciais (home pages) de três serviços nacionais de inteligência e tem por objetivo analisar o discurso construído em cada uma delas. Discurso, tal como o entendemos neste trabalho, embora certamente seja um processo que inclui o tradicional texto verbal, não se limita a ele exclusivamente e abarca igualmente o chamado texto visual: as imagens, diagramação, uso de cores e outros elementos visuais presentes nas home pages. Em outras palavras, nesta pesquisa, o foco recai sobre o discurso multimodal, processo que lança mão de vários modos semióticos simultaneamente na produção de um ato comunicativo (Kress & Leeuwen, 2001).

Para estudarmos o discurso multimodal que os serviços de inteligência constroem em sua página web, foi necessário investigar uma variável de crucial

importância para a análise de qualquer discurso: o contexto sócio-histórico em que se inserem estas instituições.

1.1

Os Serviços de Inteligência na Internet

“Dentre todos aqueles que no exército estão próximos ao comandante, ninguém lhe é mais íntimo que o agente secreto; dentre todas as recompensas, nenhuma é mais liberal que aquela destinada aos agentes secretos; dentre todos os assuntos, nenhum é mais confidencial que aqueles relativos às operações secretas”.

Sun Tzu

Os serviços nacionais (ou oficiais) de inteligência, conhecidos popularmente como serviços secretos, são instituições estatais cujas atividades sempre estiveram envoltas em segredo e polêmica.

Ora, a idéia de que órgãos cujas ações possuem sabidamente uma natureza oculta estejam como instituição oficial de governo em um veículo de comunicação com o alcance da Internet causa uma certa estranheza. Tal estranheza é reforçada pela visão estereotipada que grande parte das pessoas possui dessas instituições, resultante de pelo menos duas razões. Primeiramente, há o estigma a elas associado em função de sua atuação desastrosa na história recente de muitos países: perseguição a cidadãos comuns com uso indiscriminado de violência e desrespeito a direitos civis e humanos básicos. Em segundo lugar e no extremo oposto do espectro, encontra-se a maneira glamourosa com que são retratados essas instituições e seus servidores em obras de ficção, como livros e filmes de espionagem.

Em face dessa situação, a adesão de muitos serviços à web parece mesmo ser um pequeno esforço na direção contrária à historicamente adotada. Sendo assim, cabe a pergunta: o que as poderia ter levado a abandonar o anonimato? Para responder a essa questão, é preciso entender melhor o que, em teoria, vem a ser atividade de Inteligência de Estado e as transformações pelas quais ela tem passado nas últimas décadas.

1.2

A Atividade de Inteligência

“(...) Josué, (...), enviou secretamente dois homens como espias, dizendo-lhes: Ide reconhecer a terra, particularmente a Jericó”.

Livro de Josué 2:1

Apesar de tida por muitos como a segunda atividade mais antiga da humanidade, a atividade de Inteligência só começou a ser oficialmente reconhecida no estado moderno no começo do século XX, com a criação de serviços oficiais. Essa inteligência, formalmente instituída, é definida por Abram Shulsky (1991) da seguinte maneira:

Inteligência abrange a coleta e análise de informação de inteligência - informação relevante para a formulação e implementação de políticas governamentais relativas à segurança nacional (. . .). Dessa forma, inteligência como atividade pode ser definida como o componente da luta entre adversários que se ocupa primordialmente de informações.

Assim, os Serviços de Inteligência são os responsáveis tanto pela aquisição do tipo de informação mencionado acima como pelo seu repasse às esferas governamentais diretamente ligadas à segurança nacional. Vale ressaltar, também, que a atividade de inteligência se define em função do inimigo, mesmo que potencial; inteligência se traduz por “conhecimento do inimigo” (Troy, 1991: 433) e se debruça sobre como e por onde pode advir a ameaça à segurança de um país; conseqüentemente, ela perscruta o outro, o suposto e o possível adversários. Para que haja sucesso em empreitadas como essas, pressupõe-se que elas se pautem por sigilo e discrição.

É interessante notar que a definição acima não vincula a atividade de inteligência a nenhum poder de polícia, ou seja, seu objetivo é tão somente assessorar aqueles que elaboram e implementam as políticas de segurança de uma nação.

Um outro aspecto que merece destaque nesta definição é que ela limita a atividade de inteligência à disputa entre países diferentes, ou seja, a busca por conhecimento acerca de assuntos internos a um país não é considerada inteligência de

Estado. É importante ressaltar que essa é apenas um dos entendimentos da doutrina de inteligência, e muitos países ainda consideram que o conhecimento das atividades que se desenrolam dentro de suas fronteiras também se configura como inteligência de Estado.

A atividade de Inteligência, portanto, mostra-se bastante peculiar e controversa em decorrência de sua vinculação direta a questões de segurança nacional e do esquadramento da 'vida alheia'. Não é de admirar que as organizações que dela se ocupam tenham historicamente evitado a exposição pública. Para se ter uma idéia da força desse culto ao sigilo, na Suécia, os cidadãos só vieram a saber que seu governo contava com um serviço nacional de inteligência em 1973, por conta de um escândalo público em que o serviço estava envolvido e, nos Estados Unidos, até recentemente, muito embora fosse de conhecimento público a existência da NSA/National Security Agency (Agência Nacional de Segurança), o governo negava o fato oficialmente (Watts, 2004).

1.3

A Guerra Fria e os Serviços de Inteligência

"O poder tem sempre de ser mantido sob controle; o poder exercido em segredo, especialmente sob a capa de segurança nacional, é duplamente perigoso."

William Proxmire

Ao final da Segunda Grande Guerra, União Soviética e Estados Unidos, que ao longo do conflito haviam sido aliados, tornam-se adversários e dão início ao conflito não armado chamado Guerra Fria. A Guerra Fria coagiu grande parte do mundo a escolher entre o domínio capitalista americano ou o comunista soviético. À época, as chamadas superpotências empenhavam-se em demonstrar seu poderio econômico e tecnológico em empreitadas como a corrida espacial e pela constante ameaça de ataques nucleares. Ao restante do mundo cabia optar por um dos dois lados. Estavam formados os blocos ideológicos. Uma vez feita a escolha, as questões

relativas à segurança nacional de cada país e, por via de consequência, as questões afeitas à sua atividade de Inteligência, estavam definidas e se resumiam a um único foco: neutralizar ou impedir o avanço da ideologia inimiga (Antunes, 2002). Esta foi a tônica da atuação dos Serviços de Inteligência ao longo de aproximadamente quatro décadas.

Este cabo de guerra que dividiu o mundo em dois durante a Guerra Fria deixou marcas nos países em desenvolvimento, estimulando e, muitas vezes, financiando, a ascensão de ditaduras militares ao poder. Os governos ditatoriais, independentemente do bloco ideológico a que estavam alinhados, instalaram, em seus territórios, uma vigilância estatal que não tolerava qualquer forma de oposição. Um dos mecanismos mais usados pelas ditaduras para manter esse estado de coisas foram seus serviços de Inteligência/informação, que agiram como violento aparato repressor, violando direitos e liberdades civis.

Com o fim da Guerra Fria, que culminou na Queda do Muro de Berlim em 1989, uma nova ordem mundial foi instaurada. Nesta nova ordem, o inimigo ideológico cessou de existir e os Serviços de Inteligência precisaram estabelecer novas metas, metas que justificassem e garantissem sua sobrevivência em um mundo globalizado. Por outro lado, o fim da Guerra Fria significou o fim das ditaduras em países emergentes, como o Brasil, alinhado ao Bloco Norte-Americano, e a República Tcheca do antigo Bloco Soviético. A volta da democracia nesses países fez com que os Serviços de Inteligência, anteriormente associados à truculência e perseguição política, passassem por uma reformulação de largo escopo (Antunes, 2002). A tradição democrática determina que as instituições governamentais, quaisquer que sejam, estejam a serviço da sociedade como um todo. Além disso, o ambiente democrático cria instrumentos legais que regulam e controlam a atividade de suas instituições e que exigem a devida prestação de contas por parte das mesmas. Os Serviços de Inteligência não gozam de prerrogativas neste novo cenário.

Face ao rearranjo político-econômico mundial descrito acima, os serviços, por questões inclusive de sobrevivência institucional, viram-se obrigados a estabelecer novos alvos e identificar outros inimigos. As questões de segurança nacional, de forma geral, passaram a ser o crime organizado, a espionagem industrial e econômica

e, sobretudo, com os ataques de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, 11 de março de 2004 na Espanha, e de 7 de julho 2005 na Inglaterra, o terrorismo tornou-se uma grande questão para a Inteligência.

A breve discussão até aqui serve como pano de fundo para entendermos o esforço demonstrado por muitos serviços de Inteligência que estão trabalhando para se adaptar aos tempos modernos. Eles, agora, parecem querer angariar o apoio da sociedade que representam e, para tanto, tentam mudar a imagem a que estiveram associados.

Nossa pesquisa, então, conforme já sinalizado, se volta para um índice dessa nova postura: a presença dessas instituições na internet, e examina o discurso da home page de três serviços de inteligência.

A opção por estudar um discurso tão peculiar veio, naturalmente, acompanhada de algumas perguntas que procurou-se responder e testar ao longo da pesquisa. Abaixo listam-se esses questionamentos:

- Qual é o conteúdo e qual é o estilo do discurso com que essas instituições se apresentam em sua home page?
- O que diz o discurso verbal? E o discurso visual? Como se relacionam essas duas esferas? Complementam-se? Repetem-se? Contradizem-se?
- O que efetivamente é dito nessas páginas a respeito da atividade de inteligência?

Nesta Introdução, discutiram-se o propósito e o lugar deste trabalho na área de Lingüística Aplicada. Esta Introdução corresponde ao capítulo 1 dos 7 capítulos em que está organizada esta dissertação. No capítulo 2, descrevem-se as teorias que fundamentam o estudo das home pages. No capítulo 3, descreve-se a metodologia empregada na pesquisa. Nos capítulos 4, 5 e 6, apresentam-se as análises verbais e visuais das três páginas iniciais estudadas, a saber, a turca, a italiana e a australiana, respectivamente. E, no capítulo 7, tecem-se as considerações finais deste trabalho.